

Mãos frouxas

Fernando Pedreira

“O u teremos eleições diretas ou o caos no país. Se alguém se elege pela via indireta, não tem condições de governar: se cumpre os compromissos que assumiu na campanha, a administração fica inviável; se não os cumpre, é abandonado pelos correligionários. Um governo sem legitimidade, escolhido indiretamente, não é um governo estável.” “Se não tivermos eleições diretas, o país estoura.”

Ulysses Guimarães falou a este repórter numa das grandes salas de sua confortável casa, no Jardim Paulistano, em São Paulo. E, apesar da atualidade de suas frases, não falou agora, mas em 10 de janeiro de 1984. (Carlos Brickmann, *Folha de S. Paulo*, 5/5/87.)

Ao contrário do que pensava Ulysses em 1984 (e já não pensa mais hoje, quando está no poder e faz e desfaz ministros a seu talento), não se deve crer que o voto popular direto tenha poderes mágicos. O voto direto elegeu e reelegeu ditadores sul-americanos, como Perón e Vargas (que o *ppededista* Ulysses apoiou quando era moço), assim como o voto indireto, parlamentar, deu o poder a Hitler, na Alemanha.

O voto (direto ou indireto) não é garantia de governo democrático ou sequer estável. É seria, aliás, tempo perdido procurar em políticos como Ulysses (ou em seus companheiros da Santa Aliança Democrática) um pensamento político. Esses homens não têm pensamento, têm conveniências políticas. Dizem hoje e desdizem amanhã. Não se dirá que sejam a rigor vulgares oportunistas; mas, são legítimos *ppededistas*, capazes de se adaptar às mais diversas circunstâncias e de explorar a fundo todas as suas possibilidades, por mais mofinas que sejam.

Durante os vinte anos de ditadura militar, mesmo os mais respeitados e equilibrados líderes do MDB, como Martins Rodrigues e o próprio Mário Covas, foram cassados. Ulysses não. É, ainda em 1984, quem de fato desencadeou a campanha das diretas (e assumiu a responsabilidade por ela) foi o governador Franco Montoro, em S. Paulo, logo apoiado por Tancredo em Minas e Roberto Magalhães em Pernambuco, e pelos demais governadores. Mas, o Mr. Diretas ficou sendo o sabido doutor Ulysses.

Dirão os cínicos que assim é a vida. O bom-bocado não é para quem o faz, mas para quem o come. Tancredo elegeu-se indiretamente presidente da República, comprometendo-se a realizar eleições diretas em três, no máximo quatro anos. Mas quem assumiu foi José Sarney — que se dispõe a ficar no Palácio pelo prazo mais longo que puder, com a desculpa de que tão cedo o país não elegerá (na verdade não o elegeu) outro nordestino para a presidência. A julgar pela amostra de presidente que ele próprio está nos dando, não há dúvida de que seus temores parecem fundados. Mas, a nação não há de fazer ao Nordeste a maldade de confundir-lo com o presidente que o acaso lhe deu.

O Brasil é hoje governado por políticos hipnotizados pelas suas próprias conveniências, pelas suas mordomias. Na verdade, entretanto, a essência da questão não é saber se a Aliança Democrática vai cumprir o compromisso dos quatro anos; ou se (como propõe agora espertamente o mineiro Aureliano) o mandato de transição de Sarney deve ser igual ao dos seus eventuais sucessores.

A essência da questão está em discutir seriamente e urgentemente (sem safadezas) como pode o Brasil sair da impossível situação em que se meteu — ou em que foi metido pela dupla Sarney-Ulysses. O país está quebrado, sem reservas, estrangulado por uma grave crise cambial e comido por uma inflação que devora os salários e desorganiza a economia. E é nesta exata hora, quando mais precisava de governo competente e firme, que o país não tem um presidente em que possa confiar, não tem governo, não tem lideranças dignas desse nome.

A essência da questão, portanto, não está em *arreglar* conveniências diversas de Sarney e Ulysses, de Aureliano ou dos governadores do grupo fisiológico. A atual crise (social, econômica, política), que já é bastante grave, agrava-se cada vez mais à medida que o tempo passa e o governo não a enfrenta. E, se não cuidarmos dela já, ela própria, crise, acabará impondo ao país a sua própria solução natural: outra ditadura; uma espécie qualquer de salazarismo macunaímico. Um Jânio virá aí, ainda que talvez com outro nome e outra vassoura.

Há de haver quem diga que não há razão para tanto pessimismo, pois apesar de tudo a crise ainda parece suportável e administrável. Sem dúvida. Para que ela seja administrada, entretanto, seria preciso agora um milagre. Será preciso que o presidente-poeta Sarney presida, que ele descubra em si mesmo energia e coragem para prestigiar seu ministro Bresser Pereira e defendê-lo da voracidade do PMDB, da voracidade dos governadores fisiológicos, da gula da copa e cozinha do próprio Palácio, que (manda a verdade que se diga) não é apenas nordestina, mas também paulista e mineira.

O presidente José Sarney que me perdoe, mas nesse milagre eu já não acredito. O atual presidente não tem força, não tem autoridade e nem sequer disposição verdadeira para defender Bresser nem dele próprio, Sarney, nem de Ulysses, nem de Arraes ou Quéricia. O Erário pode não estar em mãos ímprobos (como diria João Neder), mas está em mãos frouxas.

O rei, portanto, está nu, e não adianta tentar cobri-lo com manigâncias políticas. Qual é a saída? A saída é votar sem demora um mecanismo constitucional que permita a substituição do rei e do seu desgoverno com a possível brevidade. Mestre Castello não quer que se fale em diretas. Pois então que não se fale em diretas, mas se eleja logo outro presidente não-biônico.

Quando? Em novembro de 88? Parece-me que a atual situação do país não aconselha esticar tanto a campanha sucessória e a própria sucessão. Ficariamos ainda por quase dois anos completos, até a posse do sucessor, sem governo, ou sob um meio-governo, o que, diante da gravidade da atual crise, me parece uma tremenda insensatez.

Há vinte e três anos, as eleições para o sucessor de Jango estavam marcadas para outubro de 1965. O interesse dos Ulysses e Aurelianos da época era que essa data fosse mantida, mas a casa caiu antes. Esperemos que desta vez tenhamos melhor sorte.

Embora contrariando as conveniências e as espertezas dos políticos, é preciso encurtar os prazos, se efetivamente se quer reduzir os custos e riscos gravíssimos que o atual quadro está impondo ao povo e ao país. Enquanto é tempo.